

Saneamento básico

JORNAL DE BRASÍLIA

HERMES DE PAULA 18 MAI 1995

A proposta do realinhamento das tarifas da Caesb anunciada, em fevereiro passado e ainda pendente de confirmação, propiciou inúmeras lições para os que acreditam que os serviços públicos podem ser eficientes.

Impressionou-nos, naquela ocasião, a violência e a mesquinhez com que a oposição reagiu à proposta. Ficou parecendo que certos opositoristas tinham interesse em desmoralizar a companhia para, quem sabe, tentar adquiri-la mais tarde a preço vil, num eventual processo de privatização. Afinal, ainda é válido o ditado segundo o qual “quem desdenha quer comprar”. E, por coincidência, o Presidente da República acabava de sancionar a lei de concessão dos serviços públicos.

Uma coisa é propor o reajuste de tarifas para reequilibrar as contas de empresas como a Caesb, com o objetivo de mantê-las em funcionamento, prestando à população os seus serviços essenciais. Outra coisa bem diferente é propor o aumento de tarifas com a finalidade de preparar o terreno para privatizar as empresas públicas.

Esse último é o caso da proposta do Ministério das Comunicações, que, de acordo com o jornal O Globo de 12 de março passado, estaria pretendendo aumentar a tarifa básica do setor de telefonia — em no mínimo 500%! — “para torná-lo atrativo às empresas privadas”.

Essa é também a proposta que um grupo de trabalho interministerial fez para transferir a Rede Ferroviária Federal à iniciativa privada. O grupo quer que o Tesouro Nacional injete R\$ 1 bilhão na rede para que, depois de saneada, seja desmembrada em seis companhias e arrendada ao setor privado. Sem

receber qualquer incentivo ao longo de muitos anos, a Rede Ferroviária Federal é um exemplo típico de como uma empresa pública é sucateada antes de ser privatizada.

No setor do saneamento, há um exemplo semelhante em Buenos Aires, onde a empresa estatal Obras Sanitarias de la Nación deixou de receber investimentos durante mais de dez anos. Após esse período, era evidente a deterioração dos serviços de água e esgotos da capital argentina. Esses serviços foram, então, entregues em concessão a um consórcio de multinacionais, liderado pela empresa francesa Lyonnaisse des Eaux-Dumez, sem que qualquer setor social de importância tivesse protestado. O resultado mais imediato foi a drástica elevação das tarifas, fato que também ocorreu em seguida à onda de privatizações que varreu a Europa entre 1990 e 1992.

Wolney Castilho, pesquisador na área de Saneamento da Divisão de Engenharia Civil do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT), estudou as privatizações realizadas na Inglaterra e concluiu que o processo seguiu uma metodologia específica, transformada numa “verdadeira engenharia das privatizações”, dividida em várias etapas.

Na primeira fase dessa “engenharia”, agora copiada no Brasil, procede-se a uma reformulação administrativa da companhia a ser privatizada, de forma a facilitar a sua venda. Se, entretanto, a situação econômica e o desempenho da companhia não são suficientes para classificá-la como ineficiente, promove-se o seu sucateamento. Os meios de comunicação são acionados para produzir ondas de denúncias, reclamações de usuários etc.

“Segue-se a inevitável conclusão de que a ineficiência do serviço é intrínseca a sua natureza de empresa estatal”, observa Wolney Castilho.

Com a companhia pública sucateada, o setor privado pode não se interessar em comprá-la, no entanto. Então o Governo entra em cena — eis a segunda fase — para fazer o seu saneamento financeiro e administrativo, sempre com a demissão massiva de funcionários. Na Inglaterra, o governo conservador investiu 1 bilhão de libras esterlinas nas companhias de água e esgotos antes de aliená-las.

A última etapa, segundo Castilho, é a da “grande festa da privatização”, com a hipervalorização do patrimônio da empresa recém-privatizada.

Esse filme nós já vimos no Brasil, no caso da Companhia Siderúrgica Nacional. É o mesmo filme programado para o setor das Telecomunicações, para a Rede Ferroviária Federal e até mesmo para a Petrobrás.

As pessoas comprometidas com o interesse público não podem concordar com essa engenharia perversa das privatizações. Muito menos num setor tão relevante para a preservação da própria vida das pessoas, como é o saneamento básico.

Num país de desigualdades sociais tão acentuadas como o Brasil, os serviços de água e esgotos têm que ser geridos e oferecidos pelo Poder Público, segundo o princípio do “direito do cidadão e dever do Estado”. Sob a ótica do lucro empresarial, dificilmente as populações de baixa renda teriam acesso aos serviços de saneamento básico.

■ *Hermes de Paula* é secretário de Obras do Governo do Distrito Federal (GDF)